



Escola de Administração Fazendária



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DE GOIÁS**

Gabarito

**1**

**Prova  
Objetiva**

**Concurso Público  
2007**

**Cargo: AUDITOR DO TCE-GO**

Nome: \_\_\_\_\_

N. de Inscrição \_\_\_\_\_

### Instruções

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - Verifique se o **Número do Gabarito**, colocado na quadrícula acima, é o mesmo constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS e da etiqueta colada na carteira escolar; esses números deverão ser idênticos, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo; qualquer divergência, **exija do Fiscal de Sala um caderno de prova, cujo número do gabarito seja igual ao constante de seu CARTÃO DE RESPOSTAS.**
- 3 - O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
- 4 - Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra  *cursiva*, para posterior exame grafológico:  
*“Toda escolha implica perdas e não apenas ganhos”*. (Augusto Cury)
- 5 - DURAÇÃO DA PROVA: **5 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 6 - Na prova há **100 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
- 7 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
- 8 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 9 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 10 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 11 - Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 7.3.7 do edital regulador do concurso.
- 12 - A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida uma hora do início da prova. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 13 - Ao sair da sala entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

**Boa prova!**

## DIREITO CONSTITUCIONAL

1 - A República Federativa do Brasil não tem como um dos seus fundamentos

- a) a soberania.
- b) a cidadania.
- c) o monismo político.
- d) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- e) a dignidade da pessoa humana.

2 - Sobre os direitos fundamentais em matéria processual, é incorreto afirmar que

- a) aos litigantes são assegurados, em processo administrativo, o contraditório e a ampla defesa, se a respectiva legislação de regência assim o dispuser.
- b) ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.
- c) ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.
- d) são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.
- e) a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

3 - Sobre o direito de acesso às informações mantidas pela Administração Pública, reconhecido como direito fundamental inerente aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, ou afirmado como parâmetro objetivo de atuação da Administração Pública, é correto afirmar que

- a) é dever da Administração Pública assegurar aos cidadãos o acesso às informações por ela mantidas mas, ao mesmo tempo, é seu dever resguardar o sigilo da fonte.
- b) a lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente o acesso dos estrangeiros não residentes no País a registros administrativos e a informações sobre atos de governo.
- c) são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, coletivo ou geral.

d) se concederá *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante ou de interesse coletivo ou geral, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

e) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

4 - É incorreto afirmar que

- a) compete privativamente à União legislar sobre normas gerais de licitação e contratação.
- b) ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação, sempre que demonstrável, pela Administração Pública, o caráter vantajoso deste procedimento e respeitadas as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.
- c) as normas gerais de licitação e contratação para as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços deverão observar os princípios da Administração Pública, mas poderão, na forma da lei, ser diferenciadas relativamente àquelas aplicáveis às Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- d) a competência da União para legislar sobre normas de licitação e contratação é extensiva à Administração Pública fundacional, mesmo quando esta esteja organizada sob o regime jurídico de direito privado.
- e) incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre por meio de licitação, a prestação de serviços públicos.

5 - Em torno da organização político-administrativa do Estado brasileiro, é incorreto afirmar

- a) que os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- b) que a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, à população residente na área que será incorporada, fusionada ou desmembrada.
- c) que, conforme a jurisprudência tradicional do Supremo Tribunal Federal, o conceito de “população diretamente interessada”, para fins de oitiva visando à aprovação de iniciativas concernentes à incorporação, subdivisão ou desmembramento de Estados, apenas compreende a parcela da população residente na área a ser incorporada, subdividida ou desmembrada, e não a totalidade da população do(s) Estado(s) afetado(s) pela iniciativa.
- d) que os Territórios Federais integram a União.
- e) que a criação, a transformação em Estado ou a reintegração ao Estado de origem dos Territórios Federais serão reguladas em lei complementar.

6 - Nos termos da Constituição Federal não compete aos Municípios

- a) suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.
- b) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
- c) criar Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
- d) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local e do meio ambiente, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.
- e) manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental, e prestar, com aquela mesma colaboração, serviços de atendimento à saúde da população.

7 - Sobre a disciplina constitucional dos recursos hídricos, é correto afirmar que

- a) compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos.
- b) os potenciais de energia eólica integram o domínio hídrico da União.
- c) são bens da União as bacias hidrográficas que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham.
- d) compete à União gerenciar os recursos hídricos do País e definir critérios de outorga de direitos de seu uso.
- e) incluem-se entre os bens dos Estados as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras dos Municípios.

8 - Sobre os cargos, empregos e funções públicas, é constitucionalmente incorreto afirmar

- a) que, na União, compete ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a extinção de funções ou cargos públicos.
- b) que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- c) que eles são acessíveis aos estrangeiros, na forma da lei.
- d) que, durante o prazo improrrogável, previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- e) que as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

9 - É correto afirmar, sobre o regime de previdência constitucionalmente assegurado aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que

- a) ele terá caráter não contributivo, salvo quanto aos servidores ingressos no serviço público após 1º de janeiro de 2004.
- b) os servidores abrangidos por esse regime de previdência poderão aposentar-se voluntariamente, desde que cumprido, entre outras condições, o tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- c) os servidores abrangidos por esse regime de previdência serão aposentados compulsoriamente aos setenta anos de idade, se homem, ou aos setenta e cinco anos, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- d) os servidores abrangidos por esse regime de previdência serão aposentados por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- e) é vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores abrangidos por esse regime de previdência, ressalvados, nos termos definidos pela legislação do regime geral da previdência social, os casos, entre outros, de servidores que exerçam atividades de risco iminente.

10- É órgão do Poder Judiciário o(a)

- a) Advocacia-Geral da União.
- b) Tribunal de Contas da União.
- c) Ministério Público do Estado do Espírito Santo.
- d) Superior Tribunal Militar.
- e) Polícia Militar, quando investida em atividades de investigação criminal.

11- Não é da competência exclusiva do Congresso Nacional

- a) sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- b) autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar.

- c) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- d) resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- e) aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.

12- Sobre o processo de emenda da Constituição, é correto afirmar que

- a) a emenda à Constituição, após aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.
- b) a Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, salvo se a emenda for aprovada pela maioria absoluta de seus membros.
- c) a proposta será discutida e votada em sessão unicameral do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- d) a correspondente proposta pode ser apresentada por mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- e) não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a alterar os direitos e garantias individuais.

13- À exceção dos créditos de natureza alimentícia, é correto afirmar que os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária transitada em julgado,

- a) terão a verba necessária obrigatoriamente incluída no orçamento das entidades de direito público, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.
- b) terão a verba necessária obrigatoriamente incluída no orçamento das entidades de direito público, desde que os respectivos precatórios judiciais sejam apresentados até o início da execução do respectivo orçamento.

- c) far-se-ão mediante precatório e respeitando-se a ordem cronológica de sua apresentação os créditos orçamentários respectivos, salvo quando houver a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias ou nos créditos adicionais abertos para este fim.
- d) autorizam, por decisão do Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda e a requerimento do credor, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito, caso não haja o pagamento devido até o final do exercício seguinte.
- e) poderão ser objeto da expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, quando este procedimento seja necessário à plena satisfação do credor.
- 14- Em matéria tributária e conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não cabe à lei complementar
- a) dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- b) estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, inclusive sobre definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos tributos discriminados na Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes.
- c) estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, inclusive sobre definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados na Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes.
- d) regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- e) estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, inclusive sobre adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.

15- Sobre o orçamento anual, é correto afirmar que

- a) o respectivo projeto de lei é de iniciativa privativa de cada um dos Poderes, relativamente ao seu próprio orçamento.
- b) no caso da União, as emendas ao respectivo projeto de lei somente podem ser aprovadas caso, ademais de compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, indiquem os recursos necessários, excluídos aqueles provenientes de anulação de despesa.
- c) o respectivo projeto de lei poderá ser acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- d) a sua respectiva lei não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, incluindo-se nesta proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- e) ele compreenderá, entre outros, o orçamento fiscal referente aos três Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

---

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

- 16- “Correlação entre meios e fins” é expressão que costuma ser diretamente associada ao seguinte princípio:
- a) proporcionalidade.
- b) modicidade.
- c) autotutela.
- d) eficiência.
- e) moralidade.
- 17- Ao final de 2004, anunciada com grande destaque pela imprensa, foi editada a Lei Federal n. 11.079, conhecida como Lei das Parcerias Público-Privadas. As parcerias público-privadas a que se refere tal Lei têm natureza jurídica
- a) de termo de cooperação técnica.
- b) de contrato de gestão.
- c) de consórcio público-privado.
- d) de contrato administrativo de concessão.
- e) de convênio administrativo.

18- No que tange ao poder disciplinar, relativamente aos servidores aposentados e aos em disponibilidade,

- a) tais servidores não poderão sofrer penalidade administrativa, por não ocuparem cargo público.
- b) ambos os servidores, aposentados e em disponibilidade, estão sujeitos ao poder disciplinar da Administração.
- c) a depender da gravidade da conduta, o servidor em disponibilidade sujeita-se à pena de demissão.
- d) apenas os servidores aposentados poderão sofrer penalidade.
- e) tecnicamente, mesmo o aposentado está sujeito à pena de demissão, considerada sua conduta quando ainda permanecia em atividade na Administração.

19- Considere os seguintes encargos:

- I. trabalhistas;
- II. previdenciários;
- III. fiscais;
- IV. comerciais.

Nos termos da Lei n. 8.666/1993, há responsabilidade solidária entre a administração contratante e a contratada apenas com relação aos encargos referidos

- a) no inciso I.
- b) nos incisos I, II e IV.
- c) nos incisos I e II.
- d) nos incisos I, II e III.
- e) no inciso II.

20- Nos termos da legislação de regência, o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do seu valor contratual corrigido

- a) não caracteriza alteração do contrato, podendo ser registrado por simples apostila, dispensando a celebração de termo aditivo.
- b) é conduta vedada, na medida em que qualquer correção em valores contratuais deve observar o início de um novo exercício financeiro, possibilitando a adequação da dotação orçamentária respectiva à realidade existente.
- c) é conduta vedada, tendo em vista que a assunção de qualquer obrigação contratual demanda sempre a prévia confirmação da dotação orçamentária respectiva, apta a suportar a referida despesa.

- d) não demanda celebração de termo aditivo, a despeito de constituir alteração do contrato, na medida em que este deve identificar o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica respectivas.
- e) demanda a celebração de termo aditivo, por constituir alteração de informações contidas no contrato.

21- Considerando a distinção tradicionalmente reconhecida em nossa doutrina entre contratos administrativos e contratos da administração, é correto afirmar que a *exceptio non adimpleti contractus* (exceção do contrato não-cumprido)

- a) é aplicável apenas aos contratos administrativos.
- b) como regra, poderá ser aplicada aos contratos administrativos, mas apenas quando houver atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração.
- c) não é aplicável a qualquer de tais contratos, em vista da supremacia do interesse público sobre o interesse privado.
- d) é aplicável apenas aos contratos da administração.
- e) como regra, poderá ser aplicada aos contratos da administração, mas apenas em casos de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

22- Conforme disposto no Estatuto de Licitações e Contratos (Lei n. 8.666/1993), o contrato de prestação de serviços, celebrado com dispensa de licitação fundada em situação emergencial (art. 24, inc. IV), observará os seguintes limites de vigência:

- a) duração do contrato somente pelo período necessário ao afastamento da urgência, sem, contudo, limite temporal máximo, desde que caracterizada a permanência da situação emergencial.
- b) duração do contrato somente pelo período necessário ao afastamento da urgência, não podendo ultrapassar 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos.
- c) duração do contrato somente pelo período necessário ao afastamento da urgência, por até 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos, prorrogável apenas uma vez, por igual período.
- d) duração do contrato somente pelo período necessário ao afastamento da urgência, não podendo ultrapassar 120 (cento e vinte) dias consecutivos, improrrogáveis.

- e) duração do contrato somente pelo período necessário ao afastamento da urgência, observada a vigência máxima do contrato de 180 (cento e oitenta) dias, improrrogável.

23- Considere as providências a seguir:

- I. comunicação do ato de dispensa de licitação, em 3 (três) dias, à autoridade superior;
- II. ratificação do ato de dispensa pela autoridade superior, como condição de eficácia do ato;
- III. publicidade do ato de dispensa, na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias.

Relativamente às dispensas de certame levadas a efeito em razão do baixo valor da contratação, e considerando o que dispõe o Estatuto de Licitações e Contratos (Lei n. 8.666/1993), é correto afirmar ser necessária a observância das seguintes providências, entre aquelas acima destacadas:

- a) as dos incisos I a III.
- b) somente a do inciso I.
- c) não é necessária a observância de nenhuma de tais providências.
- d) somente a do inciso III.
- e) somente as dos incisos I e II.

24- Entre as previsões vedadas por lei para o edital de Pregão, não se inclui a(o)

- a) previsão de obrigatoriedade de aquisição do edital pelo interessado, para que possa participar da licitação.
- b) estabelecimento de prazo de validade das propostas diverso do prazo de 60 (sessenta) dias, previsto em lei.
- c) exigência de oferecimento de garantia de proposta.
- d) exigência de pagamento de taxas e emolumentos, para custos atinentes ao local onde será aberto o certame, na hipótese de Pregão presencial.
- e) previsão da homologação do certame em momento prévio ao da adjudicação do objeto.

25- Sobre a intervenção, pelo poder concedente, na concessão de serviço público, assinale a opção correta.

- a) A intervenção dá direito à indenização prévia.
- b) Não se admite declaração de intervenção sem prévia observância do princípio da ampla defesa, em favor da concessionária.

- c) O procedimento atinente à intervenção deve ser conduzido em juízo, constituindo hipótese de jurisdição voluntária.

- d) A intervenção, da mesma forma da declaração de caducidade, dá-se por decreto do poder concedente.

- e) Por não se tratar de hipótese de extinção da concessão, o término da intervenção conduzirá ao direito da concessionária de retomada da concessão.

26- O reingresso, no serviço público, sem ressarcimento de vencimento e vantagens, atendido o interesse da administração, do ex-ocupante de cargo de provimento efetivo, constitui

- a) reintegração.
- b) aproveitamento.
- c) reversão.
- d) readmissão.
- e) readaptação.

27- Nos termos da Lei Estadual n. 10.460/1999, após a posse, o exercício do cargo público terá início dentro do prazo de

- a) 30 dias, sendo o servidor exonerado, se não observar tal prazo.
- b) 30 dias, sob pena de responder o servidor a processo administrativo disciplinar por abandono de cargo.
- c) 45 dias, sob pena de ser declarada nula a posse, por desatendimento a requisito essencial.
- d) 15 dias, sob pena de responder o servidor a inquérito administrativo, sujeito à pena de demissão.
- e) 15 dias, sob pena de ser tornada sem efeito a posse, se não entrar em exercício nesse prazo.

28- À luz do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Goiás, assinale a opção incorreta.

- a) Independem de posse os casos de promoção, acesso, reintegração e readaptação.
- b) Mesmo que simplesmente pronunciado por crime comum, o servidor será afastado do exercício até decisão final passada em julgado.
- c) As indenizações incorporam-se aos vencimentos dos servidores.
- d) É vedada a concessão de aposentadoria voluntária a servidor que esteja respondendo a processo administrativo disciplinar.
- e) A recondução não pode ser determinada de ofício pelo Poder Público.

29- A absolvição em processo administrativo disciplinar

- a) impede a responsabilização civil do servidor absolvido, mas apenas na hipótese de reconhecimento, naquele processo, de inoccorrência do pretenso fato irregular.
- b) impede a responsabilização penal do servidor absolvido, mas apenas na hipótese de reconhecimento, naquele processo, de negativa de autoria.
- c) não impede a condenação criminal do servidor.
- d) impede a responsabilização civil e penal do servidor, mas apenas nas hipóteses de reconhecimento, naquele processo, de inoccorrência do fato, ou negativa de autoria.
- e) impede a responsabilização penal do servidor absolvido, mas apenas nas hipóteses de reconhecimento, naquele processo, de inoccorrência do fato, ou negativa de autoria.

30- Conforme jurisprudência consolidada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, a presença de advogado no Processo Administrativo Disciplinar

- a) é obrigatória, mas somente a partir do indiciamento do servidor.
- b) é facultativa em todas as fases do processo.
- c) somente será obrigatória nos processos que investiguem fatos que, em tese, possam levar à demissão do servidor.
- d) é obrigatória em todas as fases do processo.
- e) é obrigatória, mas somente a partir do momento em que o servidor seja chamado a defender-se por escrito.

## CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

31- A propósito das características e atribuições do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, não é correto afirmar

- a) que é órgão administrativo, exercendo o controle externo a cargo do legislativo.
- b) que possui função judiciária, ao julgar as contas dos administradores.
- c) que é competente para apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e aposentadoria da administração direta.
- d) que, ao verificar ilegalidade, assinará prazo para que o responsável adote providências necessárias ao exato cumprimento da lei.
- e) que qualquer cidadão é parte legítima para denunciar irregularidades perante o Tribunal, que será apurada em caráter sigiloso até que se comprove sua procedência.

32- No que diz respeito ao sistema de controle interno da Administração Pública Estadual, é incorreto afirmar que

- a) tem por finalidade apoiar o controle externo.
- b) exercerá o controle sobre as operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado.
- c) diante da prática de qualquer ato ilegal de que resulte dano ao Erário, tem atribuição para alertar, formalmente, à autoridade administrativa competente para que instaure tomada de contas especial.
- d) tem atribuição para estabelecer as metas para o plano plurianual e a execução orçamentária.
- e) é mantido de forma integrada entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

33- O Tribunal de Contas do Estado de Goiás é competente para aplicar sanções aos administradores responsáveis; não se aplica sanções aos responsáveis por

- a) ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamento de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial.
- b) sonegação de processo, documento ou informação.
- c) reincidência no descumprimento de decisão do Tribunal.
- d) obstrução ao livre exercício das inspeções e auditorias determinadas.
- e) contas julgadas regulares com ressalva.



34- Verificada a irregularidade nas contas, o Relator ou o Tribunal adotará uma das medidas abaixo:

- a) não havendo débito, ordenará a citação do responsável para apresentar defesa.
- b) reconhecida a boa-fé, a liquidação tempestiva do débito sanará o processo, não havendo outra irregularidade.
- c) enquanto não receber a defesa ou as razões de justificativas, não definirá a responsabilidade individual ou solidária.
- d) havendo débito, ordenará a citação do responsável para apresentar razões de justificativa.
- e) rejeitada a defesa, o responsável não terá novo prazo para recolher a importância devida.

35- O Tribunal de Contas do Estado de Goiás julgará as contas de administradores e demais responsáveis. No exercício dessa competência, é incorreto afirmar

- a) que, fixada a responsabilidade solidária do agente público, o Tribunal providenciará a imediata remessa de cópia da documentação pertinente à Procuradoria-Geral do Estado ou à Procuradoria-Geral de Justiça para o ajuizamento das ações cíveis e penais cabíveis.
- b) que a inabilitação para o exercício de cargo em comissão exige que o Tribunal considere grave a infração cometida, por maioria absoluta dos seus membros.
- c) que são julgadas regulares, quando houver pelo menos a exatidão dos demonstrativos contábeis expresso de forma clara e objetiva.
- d) que são julgadas irregulares, quando comprovada a omissão no dever de prestar contas.
- e) que são julgadas irregulares, quando houver pelo menos a prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico.

## LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DO TCE

36- A respeito das diligências e do pedido de prorrogação de prazo, é correto afirmar

- a) que é privativa da Câmara ou do Tribunal pleno a competência para determinação de diligências.
- b) que, ainda que fundado em motivo já considerado em decisão anterior, o pedido de prorrogação de prazo será examinado.
- c) que o pedido será reconhecido se ingressar no Tribunal até dez dias após o vencimento do prazo objeto de prorrogação.
- d) que a falta de decisão tempestiva sobre o pedido não autoriza considerar-se prorrogado o prazo na forma solicitada ou por período igual ao antecipadamente assinado, se menor.
- e) que compete ao Relator decidir sobre prorrogação de prazo.

37- A Procuradoria-Geral de Contas é o órgão de representação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Em sua missão de guarda da lei e fiscal de sua execução, além de outras estabelecidas no Regimento Interno, são atribuições do Procurador-Geral, exceto

- a) promover a defesa da ordem jurídica.
- b) sua audiência prévia e obrigatória nos casos de julgamento pelo Tribunal pleno em processos de projetos de lei e de resoluções.
- c) interpor recursos legais.
- d) audiência obrigatória nos processos de tomada ou prestação de contas, admissão de pessoal e concessão de aposentadoria.
- e) promover junto à Procuradoria-Geral do Estado, mediante autorização do Tribunal de Contas, a cobrança judicial de dívidas decorrente de débito ou multa imputado em decisão definitiva.

38- Sobre a recorribilidade das decisões no Tribunal de Contas do Estado de Goiás, é correto afirmar que

- a) o recurso de reconsideração é cabível em face de decisões proferidas em processos relativos à fiscalização de contratos.
- b) o pedido de reexame é cabível em face de decisões proferidas em processos de tomadas de contas.
- c) o recurso de reconsideração e o pedido de reexame terão efeito suspensivo e serão autuados em autos apartados e distribuídos por conexão.

## DIREITO PREVIDENCIÁRIO

- d) o recurso de reconsideração interposto fora do prazo não será conhecido, ainda que efetivamente comprovados fatos novos supervenientes.
- e) o recurso de revisão é cabível em face de decisão proferida em processo de tomada ou prestação de contas e terá efeito suspensivo.
- 39- Os Auditores substituirão os Conselheiros nos afastamentos por motivo legal ou de férias. Os Auditores serão também convocados para substituir Conselheiro para efeito de *quorum*. Nesses casos, não é correto afirmar que,
- a) em todos os casos, o Auditor não votará na eleição para Presidente do Tribunal.
- b) aos Auditores, aplicam-se as vedações e restrições previstas para Conselheiros.
- c) ao Auditor, é vedado exercer cargo técnico ou de direção de sociedade civil.
- d) no segundo caso, o Auditor será relator nos feitos que atuou nessa condição.
- e) ao Auditor, é permitido ocupar o cargo, mesmo sendo o seu tio um dos membros do Tribunal.
- 40- Julgada irregulares as contas, nos casos em que os custos de cobrança são inferiores ao valor do prejuízo, havendo débito ou multa constante de decisão definitiva, é incorreto afirmar que
- a) o Tribunal está autorizado a determinar o arquivamento do processo, sem cancelamento do débito.
- b) a decisão torna a dívida líquida e certa.
- c) a decisão constituirá obrigação de o responsável comprovar o recolhimento da quantia correspondente.
- d) o Tribunal é competente para autorizar a cobrança judicial da dívida.
- e) o Tribunal está autorizado a determinar o desconto nos vencimentos do responsável.

41- Com relação aos princípios que regem a Previdência Social no Brasil, julgue os itens abaixo, considerando o disposto no Título VIII – Da Ordem Social na Constituição de 1988, e assinale a opção correta.

- I. A previdência social tem princípios constitucionais próprios e não se vincula aos objetivos estabelecidos para a seguridade social no art. 194.
- II. A universalidade de atendimento da Seguridade Social na Saúde como “direito de todos” apresenta-se de forma distinta da universalidade de atendimento prevista para a Previdência Social.
- III. Previdência Social, Assistência Social e Saúde são partes de um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade.
- IV. A Assistência Social e a Previdência Social confundem-se nas normas constitucionais como atividades dirigidas aos hipossuficientes.

- a) Todos estão corretos.
- b) II e III estão corretos.
- c) I e IV estão corretos.
- d) Somente I está incorreto.
- e) III e IV estão corretos.

42- À luz do previsto na Lei Complementar Estadual n. 29, de 12 de abril de 2000, julgue os itens abaixo referentes aos benefícios para os filiados ou participantes, e assinale a opção correta.

- I. Aposentadoria por invalidez permanente
- II. Aposentadoria por idade
- III. Auxílio-reclusão
- IV. Pensão por morte

- a) I e II estão corretos.
- b) Somente I está correto.
- c) Todos estão corretos.
- d) I e III estão corretos.
- e) III e IV estão corretos.

43- Na organização do Regime de Previdência do Estado de Goiás, a exemplo do previsto na Constituição e na legislação federal, há a previsão de um Conselho Estadual de Previdência – CEP. Nos termos do previsto na Lei Complementar n. 29/2000, assinale a assertiva correta.

- a) O Governador pode demitir os membros do CEP sem que justifique as razões da demissão.
- b) Os membros do CEP são escolhidos pela Assembléia Legislativa e pelo Governador.
- c) O mandato dos membros é de dois anos sem a possibilidade de recondução.
- d) O CEP possui 22 membros entre os titulares e os suplentes.
- e) Para a deliberação, o CEP necessita de um *quorum* mínimo de 2/3 de seus membros.

44- Assinale a opção correta, entre as assertivas abaixo relacionadas aos sistemas próprios de previdência social, nos termos da Constituição Federal.

- a) Os Estados e Municípios brasileiros devem instituir regime próprio de previdência social para todos os seus servidores, titulares de cargos efetivos ou comissionados.
- b) A Constituição Federal estabeleceu regras de transição para que os servidores municipais ocupantes de cargo efetivo mudem o seu regime previdenciário. Assim, todos devem migrar do Regime Geral do INSS para o regime próprio municipal.
- c) Os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, quando instituírem sistemas próprios de previdência social para seus servidores estatutários titulares de cargos efetivos, deverão obrigatoriamente instituir contribuição previdenciária cujas alíquotas não serão inferiores às da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União.
- d) O regime próprio da previdência social nos Estados não se sujeita ao princípio do equilíbrio financeiro e atuarial.
- e) O regime próprio da previdência social dos servidores públicos federais, estaduais e municipais foi unificado por meio da última Reforma Constitucional Previdenciária.

45- Não é(são) beneficiário(s), na qualidade de dependente(s) do regime de previdência estadual próprio do Estado de Goiás,

- a) o irmão funcionário público.
- b) os pais que dependam econômica e financeiramente do filiado.
- c) o cônjuge.
- d) o companheiro e a companheira.
- e) o filho menor de 21 anos.

---

### DIREITO CIVIL

46- Assinale a opção abaixo que representa uma afirmação correta, consoante o ordenamento jurídico pátrio.

- a) A morte presumida da pessoa natural não poderá ser declarada, sem que ocorra a decretação de ausência.
- b) O cancelamento da inscrição da pessoa jurídica dar-se-á a partir do início da sua dissolução, não sendo necessário aguardar o encerramento da liquidação.
- c) O direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, não se sujeita aos prazos decadenciais ou prescricionais.
- d) Um sócio de uma sociedade limitada não poderá ceder suas quotas a outro sócio, se não houver previsão expressa no contrato de constituição da sociedade.
- e) É decadencial o direito de anular as decisões tomadas por órgão de administração coletiva de pessoa jurídica, quando eivadas de simulação.

47- Sobre o regime jurídico aplicável aos bens, de acordo com o Código Civil brasileiro, é correto afirmar que

- a) os bens imóveis não têm idoneidade para ser objeto de um contrato de mútuo.
- b) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele serem reempregados, ganham o caráter de móveis, enquanto não incorporados ao imóvel.
- c) se consideram imóveis, para os efeitos legais, tanto os direitos reais sobre imóveis quanto os sobre móveis.
- d) um complexo de relações jurídicas dotadas de valor econômico, pertencente a uma pessoa, pode constituir-se em uma universalidade de fato.

e) as pertencas são consideradas bens integrantes do bem principal.

48- Assinale a opção correta, levando em consideração as disposições do ordenamento jurídico brasileiro vigente, no que tange aos negócios jurídicos.

- a) Tratando-se de cláusula resolutiva, mesmo que prevista expressamente em um contrato, a mesma não opera de pleno direito, dependendo de interpelação judicial para gerar seus efeitos.
- b) Os negócios jurídicos benéficos deverão ser interpretados sempre com extensividade.
- c) Tanto o erro substancial quanto o dolo acidental tornam o negócio jurídico anulável; o primeiro não obriga a satisfação das perdas e danos, mas o segundo sim.
- d) Tem-se por inexistentes as condições impossíveis, quando resolutivas, mantendo-se o negócio jurídico.
- e) Tanto o dolo de terceiro quanto a coação de terceiro ensejam a anulação do negócio jurídico, independentemente de entrarem, ou não, na esfera de conhecimento de quem os aproveite.

49- Assinale a opção correta.

- a) O protesto cambial não é causa de interrupção da prescrição; o protesto oriundo de despacho do juiz sim.
- b) Na sociedade simples, a lei confere aos sócios o direito de exercer o benefício de ordem, quando instados judicialmente para responderem com seus bens, por dívidas da sociedade.
- c) Os livros e fichas dos empresários e sociedades provam contra as pessoas a que pertencem, mas jamais em seu favor.
- d) A interrupção da prescrição produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador.
- e) Na sociedade limitada, não existe responsabilidade solidária dos sócios na realização do valor da quota, tampouco pela integralização do capital social.

50- Considerando o ordenamento jurídico que vige as obrigações e os contratos, assinale a opção cuja assertiva é correta.

- a) Constando em um contrato de mandato, cláusula de irrevogabilidade, se o mandante o revogar, tal revogação não terá eficácia.
- b) A cláusula adjeta ao contrato que versa sobre o direito de preempção ou preferência, torna resolúvel a propriedade do bem negociado.
- c) Reputar-se-á celebrado o contrato no lugar em que foi proposto.
- d) Se o bem objeto de um contrato apresentar vícios redibitórios, a redibição do contrato somente será possível juridicamente se o alienante conhecia o vício ou o defeito da coisa.
- e) Nos contratos onerosos, o alienante não responderá por evicção, quando a venda tenha sido realizada em hasta pública.

---

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

51- Quanto à legitimidade como parte no processo, é correto afirmar que

- a) a Defensoria Pública e o Ministério Público têm legitimidade para o ajuizamento de ação civil pública.
- b) qualquer pessoa é parte legítima para ajuizar ação popular.
- c) a ação de improbidade administrativa pode ser ajuizada por qualquer cidadão, pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada na qualidade de lesada.
- d) o terceiro poderá adquirir o objeto litigioso e, no processo, substituirá automaticamente o alienante em sua posição processual.
- e) ninguém poderá pleitear em juízo, em nome próprio, direito alheio.

52- Quanto ao regime legal da antecipação de tutela previsto no Código de Processo Civil, é correto afirmar

- a) que o fundado receio de irreversibilidade do provimento é um dos motivos que autoriza a concessão de tutela antecipada.
- b) que pode o autor requerer providência de natureza cautelar a título de antecipação de tutela e o juiz poderá deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado, dispensando processo de ação cautelar independente.

- c) que o exame do pedido de antecipação de tutela depende da prévia oportunidade de defesa do réu para garantia do contraditório.
- d) que, uma vez que o Código de Processo Civil adotou o sistema da persuasão racional para avaliação das provas e motivação da sentença, a decisão que antecipa a tutela fica dispensada da indicação das razões de convencimento que deverão, obrigatoriamente, constar na sentença.
- e) que, fixando multa para o cumprimento de obrigação de fazer, o juiz não poderá, de ofício, modificar o seu valor, mas apenas por provocação fundamentada a parte interessada.

53- No regime do processo civil, é correto afirmar

- a) que a falta de citação no processo de conhecimento é causa de nulidade absoluta do processo e não fica suprida pelo comparecimento espontâneo do réu.
- b) que, contra o revel, regularmente citado, que não tenha patrono nos autos, correrão os prazos, contados a partir da intimação postal.
- c) que, comparecendo o réu apenas para argüir a nulidade e sendo esta decretada, considerar-se-á feita a citação na data em que peticionou nos autos.
- d) que, transitando em julgado a sentença, ficam sanadas todas as eventuais nulidades processuais anteriores.
- e) que a impugnação do executado na execução de sentença poderá versar sobre a falta ou nulidade da citação apenas se o processo tiver corrido à revelia.

54- Quanto às alegações do réu no processo civil, é correto afirmar que

- a) é condição da reconvenção que seja conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.
- b) a prescrição somente poderá ser conhecida pelo juiz se alegada pelo réu, ainda que depois da contestação.
- c) o réu não pode alegar litispendência e coisa julgada após a defesa.
- d) compete ao réu apresentar, no prazo para contestação, a exceção de suspeição, sob pena de preclusão.
- e) poderá o réu, depois de produzida a contestação, alegar carência de ação ou convenção de arbitragem.

55- Em matéria de prova, segundo o regime do Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- a) as cópias reprográficas de peças de processo judicial somente têm força probante se autenticadas pelo cartório.
- b) a declaração escrita e assinada de ciência de determinado fato tem força probante do fato declarado.
- c) se a parte intimada não comparecer à audiência, ou comparecendo, se recusar a depor, o juiz lhe aplicará a pena de confissão desde que cominada e comunicada por ocasião da intimação.
- d) a prova pericial, por envolver conhecimento técnico, é indispensável e não pode ser substituída por pareceres técnicos ou documentos apresentados pelas partes.
- e) o depoimento da testemunha que residir fora da jurisdição da causa poderá ser por ela formalizado por escrito e assinado, com firma reconhecida, e apresentado em juízo pelo advogado no dia da audiência designada.

56- Considerando o regime Código de Processo Civil em matéria de sentença e da coisa julgada é correto afirmar

- a) que, havendo ação e reconvenção, o juiz proferirá duas sentenças simultaneamente.
- b) que faz coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.
- c) que, publicada a sentença, o juiz poderá alterá-la, de ofício, para retificar erros de cálculo.
- d) que denomina-se coisa julgada material a eficácia que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário, extraordinário ou ação rescisória.
- e) que é defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade inferior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.

57- Tratando-se de obrigação de pagamento de quantia certa fixada em sentença, na forma do Código de Processo Civil, é correto afirmar

- a) que o devedor condenado ao pagamento de quantia certa será citado para pagamento sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para garantia do juízo.
- b) que o executado que impugnar a execução de quantia certa, decorrente de sentença, alegando excesso de execução, deverá declarar, de imediato, o valor que entende correto, sob pena de rejeição liminar da impugnação.

- c) que, ao regime legal de cumprimento da sentença previsto no Código de Processo Civil, aplicam-se, subsidiariamente, as normas que regem o processo cautelar.
- d) que, na execução provisória, a caução poderá ser dispensada quando o crédito, qualquer que seja sua natureza, for inferior a sessenta salários mínimos.
- e) que, segundo o princípio da utilidade dos atos da execução, não será efetivada penhora quando o valor dos bens encontrados for insuficiente para pagar as custas e ao menos um terço do crédito do exequente.

58- As afirmativas abaixo envolvem a Fazenda Pública como exequente ou como executada. Assinale a afirmativa correta.

- a) Na execução fiscal, o juiz não poderá reconhecer, de ofício, a prescrição intercorrente.
- b) Na execução fiscal, o depósito em dinheiro não cessa a responsabilidade do executado pela atualização monetária e pelos juros de mora.
- c) Na execução contra a Fazenda Pública, não ocorrendo o pagamento, nem a garantia da execução, a penhora poderá recair em qualquer bem do executado.
- d) Responde pelo pagamento da Dívida Ativa da Fazenda Pública a totalidade dos bens do executado inclusive os gravados por cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, excetuados aqueles que a lei declara absolutamente impenhoráveis.
- e) Na execução contra a Fazenda Pública, os embargos à execução poderão versar sobre qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que anteriores à sentença.

59- Na forma do Código de Processo Civil, cabe ação rescisória quando a sentença de mérito atacada

- a) violar jurisprudência consolidada.
- b) for proferida por juiz relativamente incompetente.
- c) resultar de grave negligência da parte vencedora em detrimento da parte vencida.
- d) ofender a coisa julgada.
- e) fundar-se em prova testemunhal duvidosa.

60- Quanto ao processo cautelar, na forma como regido no Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- a) o indeferimento da medida cautelar não influi no julgamento do processo principal exceto se o juiz acolher decadência ou prescrição.
- b) o procedimento cautelar pode ser instaurado antes, no curso ou depois de encerrado o processo principal e deste é sempre dependente.
- c) as medidas cautelares serão requeridas ao juiz que primeiro conheceu da causa, inclusive quando interposto recurso, para que não haja supressão de instância.
- d) se por qualquer motivo cessar a medida cautelar, poderá a parte renovar o pedido, ainda que sob o mesmo fundamento.
- e) a ação principal deverá ser ajuizada no prazo máximo de trinta dias após o ajuizamento da ação cautelar.

## DIREITO PENAL

61- Se alguém, em território argentino, atirar na vítima que se encontra em território brasileiro, surgiria um problema de determinação do lugar do crime. Assinale a opção correta entre as assertivas abaixo relacionadas à aplicação da Lei Penal e à situação-problema apresentada, nos termos do Código Penal brasileiro.

- a) Quando o crime tem início em território estrangeiro e se consuma no Brasil é considerado crime praticado no estrangeiro.
- b) A teoria da ubiqüidade (ou mista) entende como lugar do crime tanto o local da conduta como o do resultado. Na lei brasileira, a situação-problema será considerada como crime ocorrido no território brasileiro.
- c) O regime próprio da previdência social dos servidores públicos federais, estaduais e municipais foi unificado por meio da última Reforma Constitucional Previdenciária.
- d) A teoria da atividade (ou da ação), adotada na legislação brasileira, afirma que o local do crime é o local da conduta criminosa (ação ou omissão).
- e) O resultado da análise seria diferente se os disparos fossem efetuados no Brasil e a vítima morresse na Argentina.

62- Assinale a opção correta a respeito do dolo e a sua classificação como elemento subjetivo do tipo.

- a) Diz-se o crime doloso quando o agente agiu com dolo direto ou com dolo eventual.
- b) Dolo direto é sinônimo de dolo eventual.
- c) Há dolo direto, quando o agente quis determinado resultado, entretanto não teve a intenção de provocá-lo.
- d) O dolo eventual é aquele que ocorre quando a vontade do agente busca um ou outro resultado.
- e) O dolo direto pode ser eventual, alternativo ou culposo.

63- Antônio, armado com revólver, ordena a Pedro que bata em Maria Clara. Assinale a opção correta, entre as assertivas abaixo relacionadas à situação-problema apresentada, nos termos do Código Penal brasileiro.

- a) Pedro responde criminalmente pela agressão física.
- b) No caso em análise, ninguém comete crime.
- c) Tanto Pedro como Antônio respondem pela agressão física.
- d) Essa situação-problema não está prevista no Código Penal brasileiro.
- e) No caso, a culpabilidade se desloca da figura do coato (Pedro) para o coator (Antônio).

64- Prefeito de Município de Goiás solicita mil dólares para que determinado empresário seja nomeado Secretário Municipal. Passados 5 dias da oferta do cargo público é feito o pagamento. Assinale a opção correta, entre as assertivas abaixo relacionadas, a respeito da consumação de crime contra a Administração Pública e da situação-problema apresentada, nos termos do Código Penal brasileiro.

- a) Na corrupção ativa, hipótese em análise, o crime se consuma com a simples solicitação da vantagem indevida.
- b) No caso em análise, não há crime contra a Administração Pública e sim delito previsto na legislação extravagante penal.
- c) Tanto na corrupção passiva como na ativa há necessidade do recebimento da vantagem para que haja a consumação.
- d) Até antes do recebimento da vantagem, só havia crime tentado na situação-problema apresentada.
- e) Na corrupção passiva, delito a ser imputado ao Prefeito, o crime consuma-se com a simples solicitação da vantagem indevida.

65- Com respeito à Lei n. 8.429, de 1992, que, regulamentando o art. 37, § 4º, da Constituição Federal, dispõe sobre os atos de improbidade administrativa e sua penalização, assinale a opção incorreta no que se refere à legitimidade para a propositura da ação de improbidade administrativa.

- a) O Ministério Público.
- b) O Município de Goiânia.
- c) Brasileiro com título de eleitor.
- d) Empresa com participação do erário.
- e) O Estado de Goiás.

---

### DIREITO FINANCEIRO

66- As condições para a instituição e funcionamento de fundos devem estar previstas em

- a) lei ordinária.
- b) Constituição de cada ente federativo.
- c) decreto executivo.
- d) decreto autônomo.
- e) lei complementar.

67- De acordo com a Lei n. 4.320, de 1964, assinale a opção que representa uma transferência corrente.

- a) Juros da Dívida Pública.
- b) Despesa com serviços de terceiros.
- c) Despesa com pessoal civil.
- d) Serviços em regime de programação especial.
- e) Concessão de empréstimos.

68- A dotação orçamentária destinada a amortização da dívida pública externa classifica-se como

- a) transferência corrente.
- b) transferência de capital.
- c) inversão financeira.
- d) despesa de custeio.
- e) investimento.

69- O Poder Executivo, para executar despesa cuja dotação orçamentária seja insuficiente, deve

- a) abrir crédito extraordinário mediante autorização legislativa.
- b) obter autorização legislativa prévia e justificar a abertura de crédito extraordinário para execução da despesa sem dotação orçamentária específica.

- c) abrir crédito suplementar por decreto, após autorização legislativa.
- d) remanejar recursos de outras dotações e abrir crédito especial destinado a reforço da dotação orçamentária específica.
- e) abrir crédito especial por decreto e dar imediato conhecimento ao Poder Legislativo.

70- Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público,

- a) ser-lhes-ão entregues conforme a aplicação dos percentuais intra-limites definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal por Poder e órgão quando correspondentes à despesa total com pessoal.
- b) estão sujeitos à retenção pelo Poder Executivo, na hipótese do descumprimento dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- c) ser-lhes-ão entregues até o décimo dia útil de cada mês.
- d) poderão ser repassados em percentuais fixos da receita arrecadada.
- e) ser-lhes-ão repassados com base na previsão da receita orçamentária, independentemente da efetiva arrecadação.

71- Sobre o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, exercido com o auxílio do Tribunal de Contas, assinale a opção correta.

- a) Pode a Constituição estadual atribuir competência exclusiva à Assembléia Legislativa para julgar as contas do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça e das Mesas Diretoras das Câmaras Municipais.
- b) Ofende a Constituição da República dispositivo da Constituição Estadual que submeta o Tribunal de Contas a controle financeiro e orçamentário pelo Poder Legislativo.
- c) As normas constitucionais, que conformam o modelo federal de organização do Tribunal de Contas da União, não são de observância compulsória pelas Constituições dos Estados-membros, podendo as Constituições Estaduais regular o assunto de acordo com a realidade regional.
- d) O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade de leis e atos normativos do poder público.
- e) As decisões definitivas dos Tribunais de Contas, no exercício de sua competência com jurisdição nacional, não estão sujeitas a controle pelo Poder Judiciário, somente pelo Poder Legislativo.

72- A obrigação financeira estatal assumida em virtude de operação de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, classifica-se como

- a) refinanciamento de dívida.
- b) despesa obrigatória de caráter continuado.
- c) dívida pública mobiliária.
- d) dívida pública fundada.
- e) dívida consolidada líquida.

73- A fiscalização da gestão fiscal pode ser exercida

- a) privativamente pelos Tribunais de Contas.
- b) pelo Poder Judiciário, em relação aos demais Poderes.
- c) pelo Ministério Público, em sede de controle externo.
- d) pelo Ministério da Fazenda, por delegação do Senado.
- e) pelo Poder Legislativo, diretamente.

---

## DIREITO TRIBUTÁRIO

74- Segundo definição contida no art. 3º do Código Tributário Nacional, tributo é uma prestação pecuniária que, entre outras características, é instituída em lei. A partir daí, e considerando os dispositivos constitucionais sobre as espécies normativas, podemos concluir

- a) que, a fim de que se compatibilizem com as limitações constitucionais ao poder de tributar, as medidas provisórias somente poderão cuidar de normas gerais em matéria tributária, mas não da instituição de tributos.
- b) que as medidas provisórias, por veicularem necessariamente matéria relevante e urgente, são incompatíveis com o princípio constitucional da anterioridade, razão pela qual não podem cuidar de matéria tributária.
- c) que medidas provisórias são aptas a instituir, mas não a aumentar tributos.
- d) que as medidas provisórias podem, em determinadas situações, versar sobre matéria tributária.
- e) que as medidas provisórias, assim como as leis delegadas, não podem cuidar de matéria provisória, em nenhuma situação.



75- Sobre as limitações constitucionais do poder de tributar, é incorreto afirmar que

- a) é vedado aos Estados cobrar tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observada a regra segundo a qual a cobrança não pode recair no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- b) a proibição da instituição de impostos sobre templos de qualquer culto não alcança os impostos de importação de produtos estrangeiros; exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados; produtos industrializados; e operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores imobiliários.
- c) não diz respeito às taxas, a regra de que qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão só poderá ser concedido por lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou a correspondente exação.
- d) a lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.
- e) a vedação de instituição de impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, uns dos outros, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, considerada a necessária vinculação a suas finalidades essenciais, ou às delas decorrentes, desde que não guardem relação com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

76- Sobre o Sistema Constitucional Tributário, é incorreto afirmar que

- a) competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais.
- b) os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para custeio do serviço de iluminação pública, sendo facultada a cobrança na fatura de consumo de energia elétrica.
- c) cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria tributária sobre o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.
- d) a aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório não será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.
- e) a Constituição Federal permite a edição de lei complementar que defina tratamento diferenciado e favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte.

77- Sobre o tratamento constitucional conferido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, é correto afirmar

- a) que pertence ao Município cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- b) que as alíquotas do imposto sobre propriedade de veículos automotores não poderão ser diferenciadas em função do tipo e utilização.
- c) que, à exceção do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior (ICMS) e dos impostos sobre importação de produtos estrangeiros (II) e de exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados (IE), nenhum outro imposto poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País.
- d) que a exclusão da incidência do ISS (imposto sobre serviços de qualquer natureza) de exportações de serviços para o exterior não é matéria reservada à lei complementar.

e) que a União, em alguns casos, pode instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

78- Assinale **V** para as verdadeiras ou **F** para as falsas nas afirmativas abaixo; em seguida, escolha a opção que se adequa à sua escolha.

- ( ) A moratória extingue o crédito tributário.
- ( ) O parcelamento suspende o crédito tributário.
- ( ) A isenção exclui o crédito tributário.
- ( ) O pagamento extingue o crédito tributário.
- ( ) A decadência exclui o crédito tributário.

- a) F – V – V – F – V
- b) F – V – V – V – F
- c) V – V – V – V – F
- d) V – V – F – F – V
- e) F – F – V – V – V

79- Em relação ao crédito tributário, assinale a opção correta.

- a) O lançamento de ofício somente é utilizado quando da inobservância, conforme o tributo devido, do lançamento por homologação ou por declaração.
- b) A prescrição tributária interrompe-se pela citação pessoal do devedor.
- c) O Código Tributário Nacional dá à União o poder de outorgar moratória, em caráter geral, em relação aos tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, quando, simultaneamente, a conceder, quanto aos tributos de competência federal e às obrigações de direito privado.
- d) As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão, efeitos, garantias ou privilégios a ele atribuídos afetam igualmente a obrigação tributária que lhe deu origem, eis que o crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a sua mesma natureza.
- e) A atividade administrativa de lançamento é discricionária quando propicia à Administração Tributária verificar o melhor momento de aferição do fato gerador complexo.

80- Sobre o crédito tributário, no regime do Código Tributário Nacional, é incorreto afirmar

- a) que são modalidades de suspensão da exigibilidade do crédito tributário a moratória e o depósito do seu montante integral.
- b) que, no caso de restituição dos chamados impostos indiretos, tendo como fundamento o pagamento indevido ou a maior, somente será feita a quem prove ter assumido o referido encargo.
- c) que é vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.
- d) que a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva, sendo certo que a prescrição se interrompe, entre outras hipóteses, pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.
- e) que o pagamento de um crédito, quando parcial, importa em presunção de pagamento das prestações em que se decompõe.

## CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICOS

81- Considerando o regime contábil, o campo de aplicação, o objeto e outros aspectos gerais da Contabilidade Pública no Brasil, identifique a opção incorreta.

- a) Os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial e a demonstração das variações patrimoniais são demonstrativos previstos na Lei n. 4.320/1964 que sofrem impacto das operações decorrentes da execução orçamentária, independentemente da natureza econômica da receita e da despesa.
- b) Considerando que o empenho da despesa cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição, o registro contábil da emissão de empenho afetará o sistema orçamentário e o financeiro, pois a despesa pública deve ser reconhecida sob a ótica de competência.
- c) A contabilidade será organizada de modo a permitir o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

d) Segundo a Lei n. 4.320/1964, as previsões para depreciação serão computadas para efeito de apuração do saldo líquido das empresas com autonomia financeira e administrativa cujo capital pertença integralmente ao poder público.

e) No que se refere à avaliação dos elementos patrimoniais, a Lei n. 4.320/64 estabelece que os débitos e créditos, bem como os títulos de renda, serão avaliados pelo seu valor nominal, e convertidos, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do balanço.

82- Os princípios orçamentários são importantes orientações a serem seguidas na administração orçamentária pública e constam atualmente na legislação que rege o assunto. A respeito da utilização desses princípios no Brasil, indique a opção correta.

a) O princípio da não-afetação estabelece que orçamento não deverá ser afetado por assuntos estranhos, conforme previsto na Constituição Federal, devendo tratar apenas de matéria orçamentária, exceto quando se refere à autorização para a abertura de créditos suplementares e à contratação de operações de crédito.

b) O princípio da especificação estabelece que a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.

c) A destinação de recursos a fundo por meio da vinculação de receita de contribuições constitucionalmente instituídas está em desacordo com o princípio da não-afetação.

d) O fato de a Constituição vedar a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais, garante a observância do princípio do equilíbrio.

e) É incompatível com o princípio do equilíbrio a autorização na Lei Orçamentária Anual para a realização de despesas sem a indicação dos recursos correspondentes.

83- Em 31/08/X1 de um determinado exercício financeiro, uma unidade orçamentária hipotética apresentava a seguinte situação (em unidades monetárias):

- receita orçamentária prevista (LOA): 150;
- receita arrecadada até 31/08/X1: 120;
- crédito extraordinário aberto: 10;
- superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício financeiro anterior (X0): 20;
- o Balanço Patrimonial (X0) apresenta 50 de Disponibilidades;
- operação de crédito autorizada: 50;
- anulação parcial de dotação orçamentária: 40;
- restos a pagar processado e registrado no Balanço Patrimonial (X0): 30.

A arrecadação dos meses subsequentes do exercício financeiro deverá demonstrar a mesma tendência. O montante dos recursos que poderá ser utilizado para a abertura de um crédito especial é de

- a) 150.
- b) 130.
- c) 140.
- d) 110.
- e) 120.

84- A Constituição traz no seu texto limitações à autorização para realização de operações de crédito. Identifique a opção correta considerando a "Regra de Ouro" prevista na Constituição.

- a) A regra existe para evitar a utilização de receitas de alienação de bens em despesas correntes, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- b) O objetivo da regra é evitar que o ente público (União, Estados e Municípios) se endivide com a finalidade de atender despesas com pessoal e juros da dívida.
- c) A partir dessa regra, a realização de operações de crédito em cada exercício fica limitada ao somatório das despesas de Investimento, Inversão Financeira e Amortização da Dívida.
- d) Por causa dessa regra, o governo não pode utilizar recursos de operação de crédito para fazer despesa corrente.
- e) A regra impede o comprometimento de receitas correntes com o pagamento de amortização da dívida pública.

85- A programação da execução orçamentária e financeira visa fundamentalmente a ajustar o ritmo da execução da despesa ao fluxo de caixa de cada ente público. Em relação à execução orçamentária e financeira, indique a opção correta.

- a) É válido o empenho da despesa que exceder o limite dos créditos concedidos por meio de créditos especiais.
- b) Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, até o final do bimestre seguinte, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.
- c) Encerrado o exercício financeiro, os saldos de caixa que compuseram o superávit primário estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias serão utilizados para abatimento da dívida pública, independentemente de sua vinculação.
- d) Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, caso haja restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.
- e) Segundo a Lei n. 4.320/1964, a totalidade das despesas empenhadas e não pagas até 31/12 de cada exercício financeiro será inscrita em restos a pagar processados.

86- Para análise do Balanço Patrimonial de um determinado ente, foram disponibilizados os seguintes dados:

Saldo Patrimonial Positivo .....	3.000
Passivo Compensado .....	3.000
Total Geral do Ativo .....	15.000

Com base nos dados acima e considerando que o valor do Ativo Permanente é maior do que o Passivo Permanente em 2.500, pode-se afirmar que o superávit financeiro apurado é de

- a) 500.
- b) 5.000.
- c) 3.000.
- d) 9.000.
- e) zero (Não houve).

87- Entre as classificações da despesa, utilizadas na elaboração da lei orçamentária anual, destacam-se a classificação institucional, funcional e programática. Com relação à utilização dessas classificações no Brasil, indique a resposta correta.

- a) A classificação institucional, quando combinada com a classificação funcional e com a estrutura programática, possibilita identificar a unidade responsável pela execução de um determinado programa.
- b) A atividade é um instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto final que concorre para a expansão ou para o aperfeiçoamento da ação do governo.
- c) As subfunções representam as ações desenvolvidas pelo governo, direta ou indiretamente, reunidas em seus grupos maiores, para procurar alcançar os objetivos nacionais, representando o maior nível de agregação das ações do governo.
- d) O projeto é um instrumento de organização da ação governamental que articula um conjunto de ações e concorre para um objetivo comum pre-estabelecido, visando a solucionar um problema ou a atender uma necessidade ou demanda da sociedade.
- e) A classificação institucional, se for usada predominantemente, permite uma visão global das finalidades dos gastos do governo no sentido de se saber para que está sendo realizada a despesa.

88- Ao final do exercício, uma determinada entidade de direito público, que realiza o controle das disponibilidades de caixa segregando os recursos de acordo com a destinação, apresentou os seguintes dados referentes à execução orçamentária e financeira (valores em mil):

Receitas:	Previsão (LOA)	Arrecadação (Realizada)
Receita de Serviços	1.400	1.300
Receita de Alienação de Bens	400	500
Receita de Juros	300	350
Despesas:	Dotação (LOA)	Empenho
Despesa de Pessoal	700	600
Despesa de Inversão Financeira	300	150
Despesa de Juros	400	250
Despesa de Investimentos	600	350
Despesas:	Liquidação	Pagamento
Despesa de Pessoal	600	600
Despesa de Inversão Financeira	100	80
Despesa de Juros	200	200
Despesa de Investimento	200	150

Considere ainda que, para fins de elaboração do Balanço Orçamentário, será considerada despesa realizada:

- a despesa em que já se tenha verificado o direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e os documentos comprobatórios do respectivo crédito, acrescida dos restos a pagar não-processados inscritos ao final do exercício.

Analisando as informações, indique a opção correta em relação ao Balanço Orçamentário da entidade.

- a) O superávit orçamentário foi de 700.
- b) A entidade apresentou déficit corrente.
- c) O excesso de arrecadação, originário da receita de alienação bens, no montante de 100, não poderá ser utilizado como fonte de recursos para a abertura de crédito adicional no exercício seguinte, com a finalidade de pagamento de juros da dívida.
- d) O montante inscrito em restos a pagar processado soma 200.
- e) Será inscrito em restos a pagar o valor de 250.

89- Durante determinado exercício financeiro, um ente público realizou as seguintes operações (em reais mil):

Alienação de Bens	1.100
Arrecadação de Tributos	3.300
Operação de Crédito Externa	700
Recebimento de cobrança da dívida ativa	1.500
Liquidação de Despesas com Pessoal	900
Aquisição de bens imóveis	500
Despesa com Amortização de Dívidas	600
Inscrição da Dívida Ativa	300
Empréstimos concedidos	400
Recebimento de depósito de terceiros	8.000
Incorporação de computadores doados	9.000
Baixa de bens móveis por ocorrência de incêndio	2.000
Inscrição em restos a pagar:	
Processados (Pessoal)	600
Não-Processados (Despesas Serviços)	1.400
Pagamento de restos a pagar inscrito no exercício anterior	1.500

Com base nas informações, pode-se afirmar que o resultado econômico correspondeu a um

- a) déficit de 300.
- b) déficit de 8.300.
- c) superávit de 300.
- d) superávit de 8.300.
- e) superávit de 7.700.

90- Considere os seguintes saldos extraídos do balanço financeiro de uma determinada entidade de direito público, em 20X1:

Receita de Impostos (Saldo Atual) .....	190
Despesa de Correntes (Saldo Atual) .....	160
Receita de Aluguéis (Saldo Atual) .....	120
Despesa de Investimentos (Saldo Atual) .....	100
Tributos Retidos a Recolher (Saldo Atual)....	85
Depósitos e Cauções (Saldo Atual) .....	60
Depósitos e Cauções (Saldo Anterior).....	47
Inscrição de Restos a Pagar Exercício Atual..	95
Pagamento de Restos a Pagar Inscritos no Exercício Anterior.....	68
Disponibilidades do Exercício Anterior .....	110
Disponibilidades para o Exercício Seguinte .....	285

Considerando as informações acima, é incorreto afirmar

- a) que o resultado financeiro de natureza extra-orçamentária foi positivo de 125.
- b) que o resultado financeiro do período foi positivo de 175.
- c) que o resultado financeiro de natureza orçamentária foi positivo de 50.
- d) que, no passivo financeiro do balanço patrimonial de 20X1, havia dívida de, no mínimo, 240.
- e) que o montante dos pagamentos efetivamente do período foi de 280.

## FINANÇAS PÚBLICAS E AUDITORIA

91- Entre as opções abaixo, que se referem a procedimentos de auditoria para a receita orçamentária, assinale a única falsa.

- a) Estudar e identificar detalhadamente o fluxo das receitas orçamentárias que serão auditadas.
- b) Verificar se o sistema de liquidação é realizado com critérios de competência e conhecimento dos tipos de serviços e de bens que estão sendo adquiridos.
- c) Verificar se o sistema de recolhimento de tributos e outras receitas favorecem a ocorrência de erros e fraudes.
- d) Verificar se o sistema de lançamento de tributos e outras receitas favorecem a ocorrência de erros e fraudes.
- e) Verificar se as receitas patrimoniais estão sendo regularmente realizadas.

92- O orçamento é um instrumento fundamental de governo e seu principal documento de políticas públicas. Por meio dele, os governantes selecionam prioridades, decidindo como gastar os recursos extraídos da sociedade e como distribuí-los entre diferentes grupos sociais, conforme seu peso ou força política. No que diz respeito a orçamento, indique a opção falsa.

- a) Nas decisões orçamentárias, os problemas centrais de uma ordem democrática como representação estão presentes.
- b) A Constituição de 1988 trouxe inegável avanço na estrutura institucional que organizou o processo orçamentário brasileiro.
- c) A Constituição de 1988 não só introduziu o processo de planejamento no ciclo orçamentário, medida tecnicamente importante, mas, sobretudo, reforçou o Poder Legislativo.
- d) A Constituição de 1988 indica que, por iniciativa do Poder Legislativo, devem ser estabelecidas, além do Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).
- e) O Plano Plurianual é um instrumento de Planejamento no qual são apresentados, de quatro em quatro anos, os objetivos e as metas governamentais.

93- Quanto ao aspecto legal, a despesa orçamentária pode ser estudada de acordo com os enfoques jurídico, econômico e administrativo-legal. Identifique a única opção falsa no que diz respeito ao enfoque econômico.

- a) A despesa orçamentária é dividida em duas categorias básicas, que são as despesas correntes e as despesas de capital.
- b) As despesas de capital são despesas sem as quais a máquina administrativa e de serviços do Estado não funcionaria e, neste item, são incluídas as despesas do governo relacionadas com o pagamento dos encargos da dívida pública.
- c) Por meio das despesas por categorias econômicas, é possível apurar a capacidade de poupança do governo e o peso de cada componente na estrutura de gastos.
- d) As despesas correntes são as que se referem a desembolsos ou aplicações das quais não resulta compensação patrimonial e, conseqüentemente, geram diminuição no patrimônio.
- e) Os gastos governamentais por categorias econômicas são apresentados nos balanços gerais de cada unidade que compõe a estrutura governamental.

94- Com relação ao preço público e a sua distinção com a taxa, pode-se afirmar que

- a) a tarifa é uma receita pública, retirada de forma coercitiva do patrimônio dos particulares.
- b) a taxa visa ao lucro enquanto a tarifa visa ao ressarcimento.
- c) o preço público é uma espécie de tributo, pois a sua exigência é compulsória e tem por base o poder fiscal do Estado.
- d) a tarifa pode ser cobrada em razão do exercício do poder de polícia.
- e) a tarifa é uma receita originária, proveniente da intervenção do Estado, por meio dos seus associados, permissionários, ou concessionários, na atividade econômica.

95- Todas as opções abaixo são importantes recomendações acerca do planejamento da auditoria, exceto uma. Aponte a única opção falsa.

- a) O planejamento e os programas de trabalho não devem ser revisados mesmo que novos fatos o recomendarem.
- b) O programa de auditoria deve ser detalhado de forma a servir como guia e meio de controle do progresso dos trabalhos.
- c) O planejamento pressupõe adequado nível de conhecimento sobre o ramo de atividade, negócios e práticas operacionais da entidade.
- d) O auditor deve documentar seu planejamento geral e preparar programa de trabalho por escrito, detalhando o que for necessário à compreensão dos procedimentos que serão aplicados.
- e) O planejamento da auditoria, quando incluir a designação de equipe técnica, deve prever a orientação e supervisão do auditor, que assumirá total responsabilidade pelos trabalhos executados.

96- Identifique a opção falsa com relação ao Crédito Público.

- a) O crédito público envolve tanto as operações em que o Estado toma dinheiro como aquelas em que fornece pecúnia.
- b) O crédito público é de grande importância na vida financeira dos Estados modernos, pois constitui uma fonte regular de obtenção de dinheiro para a consecução das finalidades públicas.
- c) O crédito público compulsório é aquele obtido com a anuência do prestamista, visto que se assenta no ato de autoridade, no poder de império do Estado, ou seja, nos princípios tributários.
- d) O crédito público de curto prazo e de longo prazo é aquele cujo reembolso dá-se no mesmo ou no exercício financeiro subsequente ao que foram contraídos.
- e) O crédito público próprio é aquele que resulta da livre manifestação de vontade do credor (mutuante) e do devedor (mutuário), necessariamente uma entidade pública ou órgão da administração.

97-O Setor Público tem uma participação significativa na vida econômica brasileira. Essa participação é maior ainda se considerarmos que as intervenções do setor público também influenciam a atividade econômica por meio das regulamentações. Assinale a única opção incorreta quanto à intervenção do Estado na economia.

- a) As justificativas para a intervenção do Estado na economia estão basicamente centradas nas funções do setor público, que são: alocativa, redistributiva e estabilizadora.
- b) O fim do Estado produtor no Brasil é a marca mais evidente, do ponto de vista histórico, da reversão do papel do Estado na atualidade.
- c) Ao supor que as flutuações da economia decorrem de uma insuficiência ou excesso de demanda agregada, o controle da demanda é a forma de intervenção do governo mais indicada para garantir a estabilidade do sistema econômico.
- d) A necessidade de controle de áreas de recursos naturais escassos, como o setor petróleo, foi uma das justificativas para uma ação mais direta do Estado brasileiro.
- e) A Constituição de 1988 determina que somente a União, mediante lei especial, poderá intervir no domínio econômico.

98-A atual Constituição do Brasil diz que “os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, o Sistema de Controle Interno”. Segundo o artigo constitucional de n. 74 não é finalidade do Sistema de Controle Interno

- a) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual.
- b) avaliar a gestão dos administradores públicos, utilizando como instrumentos a auditoria e a fiscalização.
- c) verificar a probidade da Administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento do orçamento.
- d) exercer o controle das operações de crédito; avais e garantias.
- e) avaliar a execução dos programas de governo e dos orçamentos.

99-De acordo com o previsto na IN 01/2001 da Secretaria Federal de Controle, as atividades de auditoria executadas diretamente por servidores em exercício nos órgãos e unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, estão subdivididas em

- a) centralizada, descentralizada e integrada.
- b) terceirizada, simplificada e compartilhada.
- c) centralizada, compartilhada e terceirizada.
- d) integrada, descentralizada e compartilhada.
- e) simplificada, compartilhada e descentralizada.

100-A Auditoria de Gestão cumpre o exame e a avaliação sobre sistemas políticos, critérios e procedimentos na sua área de planejamento estratégico, tático e, principalmente, no processo decisório. A auditoria de gestão tem como objetivo assessorar a Administração, exceto quanto

- a) ao estudo de alternativas estratégicas e táticas.
- b) à qualidade e viabilidade dos planos, orçamentos e das políticas e diretrizes com alcance a todos os níveis gerenciais.
- c) ao atingimento dos resultados em relação aos objetivos e planos estabelecidos e às alternativas disponíveis.
- d) à verificação das causas de ineficiência e desperdícios.
- e) aos estudos de reestruturação e qualidade global da empresa.





Escola de Administração Fazendária  
[www.esaf.fazenda.gov.br](http://www.esaf.fazenda.gov.br)